

## **II. Deliberações**

### **Câmara Municipal**

- 1. Aprovação da ata n.º 48, da reunião ordinária da Câmara Municipal de 14 de novembro.**

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 48/2023**

**Reunião ordinária pública de 14 de novembro de 2023**

Ao décimo quarto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, no Pequeno Auditório do Teatro do Circo, situado na Av. da Liberdade 697, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, confirmada e justificada a ausência da vereadora Carla Maria Ferreira Sepúlveda, por parte do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi declarada aberta a reunião. -----

**----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que referiu que o Partido Socialista tem tido várias conversas de proximidade com escolas, alunos e professores, tendo-se sentido a necessidade de tomar medidas relacionadas com a saúde mental, especialmente após o Covid, referindo que o Município deveria, como uma forma de prevenção, analisar se os jovens estão com problemáticas de saúde mental, referindo a importância da criação de um Gabinete de Saúde Mental. De seguida, aludiu que o Partido Socialista poderia apresentar uma proposta nesse sentido, mas que sendo um tema transversal, poderia ser algo pensado em conjunto, tal como as férias pedagógicas e pausas inclusivas, como um projeto que

vá ao encontro de todas as forças políticas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que ficaria sugerida uma reunião com as Sr.<sup>as</sup> Vereadoras Olga Pereira e Carla Sepúlveda. -----

----- De seguida, interveio o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que aludiu ter visitado a Escola Frei Caetano Brandão, após a última reunião, onde constatou os danos e a urgência das obras, referindo preocupação com a demissão do Primeiro Ministro e a dependência da aprovação das obras da abertura do concurso do PRR, questionando qual a expectativa da Câmara Municipal e qual a intervenção da Câmara Municipal para saber se essa intervenção pode atrasar ainda mais esta questão. De seguida, questionou ainda qual o prazo previsto e o que será feito para que esta alteração política não tenha qualquer influência. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, em resposta, afirmou que o governo havia assumido que até ser destituído estaria em plenas funções e que essas decisões poderiam ser tomadas nos próximos meses. De seguida, referiu que ainda que o aviso já tivesse saído, as obras só poderiam avançar quando o projeto estivesse concluído para ir a concurso e que, naquele momento, apenas estava feito o estudo prévio, faltando depois o projeto de arquitetura, o projeto de especialidades, e que o momento do financiamento, quer fosse por mais um mês ou menos um mês, não iria influenciar o prazo de execução das obras, sendo que a sua perspetiva é que não haveriam obras até ao último trimestre do próximo ano, até as peças estarem concluídas, e que o financiamento seria atribuído eventualmente. -----

**Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, foram propostos os seguintes votos de louvor: -----**

**--- Voto de louvor à atleta Leonor Gonçalves**, que conquistou o título de Campeã Nacional Kumité Cadete (-54kg), no Campeonato Nacional de Karaté nas categorias de Cadete, Juniores e Sub-21, em Alcabideche, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas.

**Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**--- Voto de louvor à atleta Léa Barros**, que conquistou o título de Campeã Nacional Kumité Sub-21 (-50kg), no Campeonato Nacional de Karaté nas categorias de Cadete, Juniores e Sub-21, em Alcabideche, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas.

**Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**--- Voto de louvor à atleta Sara Rocha**, que fez parte da equipa da Seleção Nacional que conquistou a medalha de bronze no Campeonato do Mundo de Pool Por Equipas, que decorreu em Porto Rico.

**Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor ao atleta Tiago Leite**, que se sagrou Vice-campeão da Taça da Europa, na modalidade de Solo Dance, que decorreu em torneio realizado do dia 30 de outubro a 06 de novembro, na Croácia. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor ao atleta Guilherme Gonçalves**, que conquistou o título de Campeão Nacional Kumite Sub-21 (-67kg), no Campeonato Nacional de Karaté nas categorias de Cadete, Juniores e Sub-21, em Alcabideche, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi proposto os seguinte voto de pesar: -----

---- **Voto de pesar pela morte do Professor António Guimarães Rodrigues**, medalha de ouro da cidade de Braga e antigo reitor da Universidade do Minho. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 08 de novembro de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. --

#### ----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação da ata n.º 45/2023, da reunião ordinária de 04 de outubro de 2023, e da ata n.º 47/2023, da reunião ordinária de 30 de outubro de 2023:** foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que solicitou a correção do seu nome na ata n.º 47, mas que votaria a favor. Em resposta, o Presidente da Câmara aludiu que seriam feitas as correções. **Deliberado aprovar por unanimidade.** --

2. **Informação Económico Financeira do Município de Braga – 1º Semestre de 2023.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para conhecimento do Executivo Municipal, informação semestral sobre a situação económica e financeira do município de Braga, e envio à Assembleia Municipal, para conhecimento, nos termos disposto na alínea d) do número 2 artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que solicitou um ponto de situação quanto

ao Contrato de Gestão Delegada, e afirmou que o que resultou de uma primeira análise do Tribunal de Contas é que o documento seria reprovado, e que continuava a ser pública a dívida dos dividendos da AGERE para o próprio município. De seguida, referiu que o agravamento da dívida a fornecedores cresceu 62% e considerou que isso era indicador da própria gestão do município, solicitando esclarecimentos quanto a essa questão. De seguida, referiu ter feito as contas sobre o Estádio Municipal e que, em 2023, 10 anos volvidos após o início do mandato, o que se tem é uma dívida de 39.056 milhões, independentemente do valor do estádio que não é consensual e nunca se percebeu. Continuou para referiu que foram feitos dois acordos, um de 5 milhões com o arquiteto Souto Moura e a Pruafa, e 4.5 milhões com o consórcio PASSOC, sendo que são 48 milhões em 10 anos. De seguida, referiu que em 10 anos o orçamento municipal acumulado passou de mais de mil milhões de euros e que uma dívida de 39 milhões não parecia ser inibidora para investimentos públicos que não foram feitos, assumidamente pela incapacidade financeira e pelo sobre-endividamento que o estado tinha criado para o município, sendo que isso não era verdade. De seguida, referiu que ao que havia já dito, queria juntar o facto de a Câmara Municipal de Braga ter decidido vender as participações do clube por cerca de 190 mil ou 200 mil euros, que ao dia de hoje valeriam cerca de 20 milhões, aludindo ser incompreensível a decisão de vender ações a um preço simbólico e sem qualquer critério, diminuindo a capacidade de investimento com esse encaixe que era importante para o equilíbrio de contas. Ato contínuo, referiu que não lhe parecia assertivo falar do estádio municipal sem que houvesse uma discussão prévia com a perspetiva do que efetivamente deve ser feito sobre um equipamento que pertence ao município e que, além do valor simbólico, é um marco da arquitetura. Referiu ainda que não se percebe a avaliação feita ao estádio, se seria pelo custo real ou não, mas que já se falam de números, protocolos, acordos e conversas entre clube e município, e que o PS defende que independentemente do que se decida tudo seja feito com o clube e não com a SAD, pois são coisas distintas. De seguida, afirmou que não considerava ser democrático a alienação de algo que quem vier a seguir possa ter uma posição diferente em relação ao equipamento, e solicitou que esta operação, que considerou uma escolha eleitoral, não fosse conhecida pela comunicação social, e se abrisse uma discussão sobre o assunto com os membros do executivo e não se avançasse com a decisão sem que todos fossem ouvidos e dessem a sua opinião. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que uma opção legitimada politicamente pela sua inserção no programa eleitoral é válida até ao final do mandato, não perdendo a sua validade a partir de determinado momento. De seguida, sobre o estádio, referiu que a avaliação não poderia ser feita numa lógica de custo real, pois o investimento num equipamento desta natureza considera-se um custo afundado, e em circunstância alguma poderia ser recuperado por qualquer forma de rentabilização,

sendo que a avaliação estaria a ser feita tendo em conta padrões à escala internacional daquilo que são os equipamentos daquela natureza, afirmando que a instalação será tornada acessível aos senhores vereadores e que essa questão seria obviamente discutida em termos particulares e políticos. Sobre o impacto do estádio, referiu não ser verdade que a Câmara Municipal de Braga tenha orçamentos reais em termos de receita de mil milhões de euros nos últimos 10 anos, sendo que nos primeiros mandatos, os orçamentos andavam à volta dos 85 milhões, tendo crescido nos anos seguintes por várias razões, como a inserção das estimativas dos quadros comunitários desde o início do ano, o que significava que houve orçamentos maiores no início do ano porque se esperava que esses fundos fossem aprovados, e devido à questão da descentralização que se traduziu em mais receitas e, portanto, em mais encargos no funcionamento da Câmara Municipal. De seguida, referiu que para se saber se os 4,5 ou 6 milhões referidos tinham ou não impacto, havia que se juntar as prestações de rendas da SGEB, sendo que uma e outra coisa representavam cerca de 15% do orçamento da Câmara Municipal. Continuou para afirmar que se fossem retirados todos os encargos estruturais, cerca de mais de 30 milhões de euros com custos de pessoal, o investimento nas transferências para as juntas de freguesias, cerca de 6 milhões, as transferências para as empresas municipais, cerca de 15 milhões e os encargos de manutenção e funcionamento da Câmara Municipal, a verba disponível para investimento rondava os 20 milhões por ano. Prosseguiu para afirmar que retirar quase 15 milhões de euros por ano, com prestações do estado e rendas da SGEB a um orçamento disponível de 20 milhões é reduzir a um leque de investimentos muito parco, quando não fosse financiado por fundos comunitários, e que esse foi um problema com o qual se teve de lidar, mas que quem viesse já não o teria, porque a SGEB e o Estádio Municipal estariam ultrapassados desse impacto financeiro tão significativo nas contas. De seguida, sobre os fornecedores, referiu que se tratava de uma questão de natureza técnica, e que se estava a falar de uma informação semestral, e que se fosse comparado o valor dos últimos 6 meses com o valor do final do ano anterior, haveria logo uma diferença de 6 milhões de euros que tinham a ver com o empréstimo de curto prazo que estava contabilizado nas contas semestrais e que não estava nas contas de final de ano. Sobre os prazos de pagamento, referiu que a Câmara tem vindo a reduzir esses prazos, e mesmo que houvesse um aumento do valor absoluto da dívida aos fornecedores, tendo em conta o volume acrescido de negócios que a Câmara Municipal tem, em termos de indicadores financeiros, poderia, como tem vindo a acontecer, haver uma redução dos prazos de pagamento e que estava a ser cumprido o que havia sido acordado, algo que pode poder ser confirmado junto dos vários interlocutores. De seguida, sobre as ações, referiu que foram vendidas com base no preço médio dos anos anteriores, e que nessa altura ninguém esperava que as ações fossem transacionadas, uns anos depois, por valores superiores, como

veio a acontecer, e que em termos económicos devem ser tomadas decisões com base na realidade das empresas, e que a Braga Sad, durante quase duas décadas, nunca ultrapassou aquele valor. Prosseguiu para afirmar que as ações foram transacionadas em condições de mercado devidamente publicitadas, tendo-se avisado todas as contrapartes, e que o próprio Sporting Clube de Braga poderia ter comprado as ações, sendo que a Câmara fez o que na altura era o negócio possível. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu que essa questão das ações tinha a ver com o enquadramento que o Sr. Presidente deu ao Sporting Clube de Braga, e que o mesmo nunca acreditou no projeto. Prosseguiu para afirmar que não se podia ceder uma contrapartida a um clube na expectativa que nada aconteça, e que não havia a necessidade de vender as ações questionando por que motivo não vendeu as ações do ABC e de outros clubes. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que a Câmara Municipal só tem ações do ABC Sad, que estava em falência técnica e que se tentou vender as mesmas. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que a decisão de alienar as ações foi uma decisão do Sr. Presidente, vendendo por 200 mil algo que hoje vale 20 milhões. De seguida, referiu que foram gastos na rubrica mobiliário, aluguer de tendas e aluguer de palcos e aluguer equipamentos 9,073 milhões acumulados, sendo que o Município de Guimarães gastou 1,5 milhões, o de Famalicão 2,7 milhões e Barcelos 2 milhões, e que o que é equivalente a serviços de publicidade e promoção de marketing e campanhas publicitárias foram gastos 12,1 milhões contra 9 milhões de Barcelos, 10 milhões de Famalicão, e em Serviços de Espetáculos Recreativos e Pirotécnica e Manifestações Desportivas gastou de forma acumulada 9 milhões, enquanto Guimarães gastou 7 milhões e Barcelos 2.4 milhões. Prosseguiu para dizer que em termos de pavimentações e obras públicas Guimarães gastou 150 milhões, Famalicão gastou 107 milhões, Barcelos gastou 60 milhões e Braga gastou 80 milhões, e que o dinheiro foi gasto como se quis gastar, com investimentos de indole política, e que o estádio nunca foi impeditivo de se fazer investimentos, sendo que o PS entendia que não era a melhor forma, e que demorar 1h30 a chegar do trabalho ao centro da cidade será uma marca destes 10 anos de liderança. De seguida, afirmou que o Estádio Municipal é património do Município, sendo a única obra com um Brisket no presente século, e que já todos sabiam que o preço do estádio seria 15 milhões, e que por esse valor não se venderia o estádio, considerando surreal que se queria vender o estádio que nunca foi explorado pela Câmara como deveria, tendo sido necessário a vinda do Real Madrid para enaltecer um estádio que poderia ser a âncora da cidade, e que quiseram sobreviver politicamente à sua custa, transformando-se algo que é ouro em algo lamacento. De seguida, referiu que não tinha vergonha do estádio e considerou que eram necessárias algumas obras de melhoramento, mas que o processo com o arquiteto deveria ter sido gerido de outra forma, e aludiu que o mesmo não influenciou a capacidade de investimento, sendo



um resumo daquilo que foi a gestão, as prioridades e a forma como se investir e de uma amarra do passado que impediu de investir na cidade. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que se investiu bem e no que se tinha de investir, estando contente com os resultados alcançados, até por comparação com outros municípios, e que foram tomadas decisões políticas que foram assumidos inquestionavelmente, com investimentos em estruturas de saúde, educativas e outros projetos que foram concluídos e que outros municípios não fizeram. De seguida, referiu que quem mais contesta e se queixava do Estádio Municipal eram os bracarenses que têm dificuldade de estacionamento, nas escadas, na exposição ao frio e à chuva e era o próprio Sporting Clube de Braga, treinadores, jogadores, dirigentes, e presidente, a dizer que o estádio não tem condições, e que o próprio clube interpelou a Câmara para fazer inúmeros investimentos adicionais, que considera fundamentais para a segurança, conforto, acessibilidade dos adeptos, que sempre foram recusados, pois sempre foi dito que não se gastaria nem mais um cêntimo com o estádio, mas que infelizmente teve de acontecer por obrigação do tribunal. Ato contínuo, referiu que não se tratava de desvalorizar o ativo, que vale como obra de engenharia para postal, e não como estádio para assistir ao vivo, como o próprio arquiteto reconheceu no dia da inauguração. De seguida, afirmou que o objetivo era concluir o programa até ao final e que será dada toda a informação aos vereadores e aos bracarenses. **Tomou-se conhecimento.** -----

-----

**3. Delimitação da Unidade de Execução na Via do Alto da Vela, UOPG10.** Foi apresentada a seguinte proposta: "Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas, concernentes à Unidade de Execução identificada em epígrafe: a) Seja delimitada uma unidade de execução, com os limites físicos constantes da planta de cadastro em anexo. Nela seja executada, de acordo com o sistema de iniciativa de interessados, uma operação de loteamento que tenha por base e orientação conceptual, a proposta urbanística e os termos de referência e principais objetivos da UOPG 10/SubUOPG D, que se anexam. Esta deliberação é tomada com base nos artigos 146, 147, 148 e 149 do RJIGT e artigos 98 e 110 do PDM; b) Seja aberta discussão pública, nos termos análogos aos previstos para o plano de pormenor, nos termos do artigo 89 do RJIGT; c) Que a deliberação de aprovação definitiva da unidade de execução seja precedida de: - Ponderação dos resultados da discussão pública e elaboração do respetivo relatório (conforme n.º 3 do artigo 89 do RJIGT); - Divulgação dos resultados da discussão pública (conforme n.º 4 e 5 do artigo 89 do RJIGT); - Aprovação em reunião do executivo municipal da versão final da proposta de delimitação da unidade de execução, reformulada, se necessário, na sequência dos resultados da discussão pública. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores**



da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e a abstenção Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

4. **Reconhecimento de Interesse Público Estratégico - Serralharia Cunha, S.A.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, pedido de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para a atividade a desenvolver pela Serralharia Cunha, S.A., para se proceder ao respetivo procedimento de discussão pública por um período de 20 dias, conforme dispõe o número 3 do artigo 32.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado através do Aviso n.º 11741 em Diário da República, n.º 201, 2ª série, de 14 de outubro de 2015, conjugado com o disposto no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80 de 15 de maio de 2015, na sua atual redação, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que referiu que com a falta de execução de unidades para fins industriais, não resulta grande solução às estruturas empresariais que não seja lançar mão destes expediente de reconhecimento de interesse público estratégico, o que levanta uma questão técnica à Câmara Municipal sobre a necessidade de se infraestruturar os lotes previstos no PDM e nas unidades de execução. De seguida, referiu que neste em concreto, tinha algumas reservas quanto à qualidade do relatório de incidências ambientais apresentado pela entidade. De seguida, referiu que a implantação que está prevista vai incidir numa unidade de execução com fins logísticos, prevista para essa zona, pondo em causa o arruamento que faz parte dessa unidade de execução, afirmando que votaria contra, não por não reconhecer a importância económica da questão, mas devido à recorrência do procedimento, com estas características. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**5. Apreciação e deliberação da operação urbanística de obras de alteração e ampliação de edifício antes destinado a escola que agora se pretende destinar a Centro de Alojamento de Emergência Social.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para que, se obtida deliberação favorável, se possa proceder à aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de obras de alteração e ampliação de edifício antes destinado a escola que agora se pretende destinar a Centro de Alojamento de Emergência Social, sito na Travessa da Cruz Vermelha, Escola EB1 do Bairro Nogueira da Silva, freguesia de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João de Souto), nos termos da alínea d), do número 3, do artigo 75.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo. Considera-se ainda que se delibere simultaneamente sobre a reafecção do uso do terreno/edifício objeto da pretensão, inerente ao “Contrato de comodato entre a Câmara Municipal e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga” nos termos da alínea qq) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 de 12 de setembro de 2013, na sua versão atualizada, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**6. CPE.27.20.DMOSM "Requalificação da Escola Básica de Figueiredo" - Ratificação da aprovação da prorrogação de prazo.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara, em 27/10/2023, que aprovou a prorrogação do prazo por 30 dias da empreitada identificada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**7. CPE.21.21.DMOSM - Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Nogueira – Ratificação da aprovação da MOC02.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara, em 02/11/2023, que aprovou a 2ª Modificação Objetiva do Contrato, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da**

**Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**8. Proposta de alteração do Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de alteração do Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços, em conformidade com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**9. Revisão do Regulamento de Atribuição do Prémio Municipal de Reabilitação Urbana - Início de procedimento.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do início do procedimento da revisão do “Regulamento de Atribuição do Prémio Municipal de Reabilitação Urbana”, nos termos do disposto no artigo 98.º do DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**10. Protocolo Associação Farmácias Portugal - Braga + Saúde.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, o protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Braga, a Associação Dignidade – Instituição Particular de Solidariedade Social e a Associação de Farmácias de Portugal, com o intuito de promover o acesso das farmácias representadas pela Associação de Farmácias de Portugal ao Programa Braga + Saúde, nos termos da alínea u) e v) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que referiu querer assinalar o esforço feito pela Câmara, e que aceitaria que o passo fosse dado, mas que a CDU tem como prioritário assegurar o caráter universal no acesso aos cuidados de saúde, sendo que essa função deveria ser colocada no Estado Central e no Serviço Nacional de Saúde, sendo que o Orçamento de Estado tinha prevista uma verba para este tipo de doentes que se tivesse sido aprovada teria sido muito útil. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**11. Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo.** Foram apresentadas as seguintes propostas: Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, os seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2023/2024: a) E/63032/2023 Contrato-Programa 2023/2024 - Académico Basket Clube De Braga - no valor de 10.920,00€ (40% da viagem); b) E/97953/2023 Retificação ao Contrato-Programa 2023/2024 - Palmeiras Futebol Clube - no valor 146.085,35€, para a substituição do relvado sintético.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**12. Contratos Interadministrativos de delegação de Competências - Freguesias.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos administrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (St.º Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Requalificação da Rua dos Torneiros - Escudeiros”, no valor de 102.911,48€; **b)** União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para execução da obra denominada “Honorários/Projeto – Alargamento/Requalificação da Rua do Gaio - Morreira”, no valor de 7 626,00€; **c)** Junta de Freguesia de Sequeira, para execução da obra denominada “Reforço de verba - Execução de

muro de suporte na Rua da Boavista”, no valor de 2.056,10€; **d)** União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves para execução da obra denominada “Honorários/Projeto – Requalificação da Rua Jacinto Vieira, Rua do Miradouro e Rua do Bairro - Ferreiros”, no valor de 8.610,00€; **e)** Junta de Freguesia de Esporões, para a execução do projeto execução do Projeto denominado “Honorários/Projeto – Prolongamento da Rua da Graciosa até à Rua dos Marinheiros – Esporões”, no valor de 8.610,00€; **f)** Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “Alargamento do CM 1345”, no valor de 63 433,15€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**13. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias.** Foram apresentadas as seguintes propostas: "Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, no valor de 218.207,71€, para apoiar a “Ampliação do Cemitério de Nogueiró”; **b)** Junta de Freguesia de Esporões, no valor de 29 613,17€, para apoiar a “Drenagem de águas pluviais na Rua Padre Manuel Carvalho”; **c)** União de Freguesias de Escudeiros E Penso (Sto. Estêvão E S. Vicente), no valor de 6 621,20€, para apoiar a “Atualização/Reforço do valor atribuído para Honorários de Projetos”.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**14. Associação Virar a Página.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00€ à Associação Virar a Página, para continuidade da sua atividade, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo F-1/3.ª do Código Regulamentar do Município de Braga, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que questionou se tinha sido remetida toda a informação necessária para a aprovação do ponto, considerando que a mesma era muito parca e insuficiente para uma correta deliberação, e solicitou a retirada do ponto. De seguida, solicitou uma reunião para que fosse possível perceber a quantidade de apoios que já foram atribuídos a esta cantina e os montantes em causa. Ato contínuo, questionou se o Município tem os dados relativos a quantas pessoas estão a ser apoiadas por esta cantina, e houve um aumento após a Covid, e o que tem sido feito pelas famílias apoiadas por parte dos serviços, além da parte alimentar, para um apoio mais concreto que as retire desta necessidade. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que

seria possível agendar uma reunião para esclarecer esses dados, e que o ponto seria retirado e novamente submetido com a documentação em falta. **Retirado da agenda.** -----

-----

**15. Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero – transferências financeiras relativas aos projetos das Redes Europeias URBACT – contrapartida nacional.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, autorização para a realização de despesa e respetiva transferência financeira, no total de 8.450,01 €, relativa a 3 anos (2023, 2024 e 2025), da comparticipação do Município de Braga nos projetos de Redes Europeias URBACT, em que é parceria a QUADRILÁTERO, nos termos e condições constantes dos documentos que fazem parte do processo. De acordo com o estabelecido no artigo 28.º das Normas Regulamentares à Execução do Orçamento de 2023, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, está autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que resultem de projetos, ações ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, estando esta despesa inscrita nas Grandes Opções do Plano através do projeto n.º 2017/9 - 1/17. A despesa dispõe de dotação orçamental, conforme informação de cabimento prestada pelos serviços de contabilidade, como consta dos documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** --

-----

**16. Agrupamentos de Escolas/Escola não agrupada - Agrupamento de Escolas D. Maria II.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas/ Escola não Agrupada – Agrupamento de Escolas D. Maria II, no valor de € 6.038,16 €, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, por motivo de urgência relacionada com a necessidade de se proceder à regularização dos créditos juntos dos respetivos fornecedores, sob pena de estes interromperem o fornecimento, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por**



unanimidade. -----

17. **Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Deferimento.** Foram apresentadas a seguintes propostas: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Da alínea c) do n.º 1 do artigo H-2/5.º; **c)** Do n.º 4 do artigo H-1/16.º. **Deliberado aprovar por unanimidade e dar conhecimento à Assembleia Municipal.** -----

18. **Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Indeferimento.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar o indeferimento por unanimidade.** -----

19. **Normas de participação para o desenvolvimento do programa de férias inclusivas na interrupção letiva do Natal.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de normas de participação para o desenvolvimento do programa de férias inclusivas na interrupção letiva do Natal, ao abrigo das alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

20. **Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade**-----

#### ----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- A cidadã Maria Sameiro Carvalho, que solicitou e consentiu a divulgação dos seus dados pessoais, referiu que começaram a ser feitas obras nas escadas que não precisas, e que deveriam ter começado pela sua casa, onde é preciso, pois há imensa humidade nos quartos, e que isso foi comprovado por duas assistentes sociais, questionando o motivo dessa situação. De seguida, referiu que já vai às reuniões do executivo desde 2020, e que não lhe resolvem os problemas. Ato contínuo referiu que nas escadas do seu prédio existia falta de higiene, e que não existe senhora para a limpeza, sendo a mesma



a fazer as limpezas, que não existe fechadura na porta, e que a luz está sempre ligada desde agosto, de forma desnecessária, tendo já comunicado o problema à BragaHabit e ninguém faz nada. Ato contínuo, referiu que não tem potência suficiente para ligar o aquecedor, e que lhe está a ser roubada a potência, questionando se a BragaHabit não tem o poder para fazer alguma coisa, como colocar um cadeado para evitar essas situações. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que referiu que foi estabelecido um plano de obras e que se entendeu que deveria começar pelas áreas comuns e que depois se avançaria para os apartamentos, quanto à questão da eletricidade, a BragaHabit já solicitou a todos os inquilinos a apresentação de todos os contratos com a EDP, sendo que os que não tiverem os contratos válidos estarão sujeitos às sanções do ponto de vista do Regulamento de Apoio à Habitação. De seguida, referiu que é à EDP que compete impedir situações como a que a participante referiu, sendo que a BragaHabit não pode intervir. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

**ENCERRAMENTO:** às 19h00 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----